

Mulford afirma que governo não deve se afastar da sua política econômica

por Claudia Safatle
de Brasília

O subsecretário de Relações Internacionais do Departamento do Tesouro Americano, David Mulford, deixou, em sua visita de um dia ao governo brasileiro, duas mensagens do governo dos Estados Unidos: 1) é fundamental um acordo rápido com os bancos credores da dívida externa brasileira e 2) é, também, muito importante permanecer no caminho do programa econômico de reformas internas. "Eu vim expressar o meu apoio e o apoio do governo dos EUA à política econômica do governo do presidente Collor de Mello. É importante que o governo mantenha-se firme nesse caminho, mas para isso ele precisa de apoio do povo, do Congresso, da mídia, enfim, de toda a sociedade brasileira", sublinhou Mulford, que, antes da entrevista à imprensa, almoçou com ministros do governo Collor e dezesseis parlamentares de diversos partidos.

"Estamos impressionados com os progressos obtidos pelo Brasil. Depois de várias arrancadas falsas, o Brasil conseguiu, agora, cumprir três quartos (3/4) do caminho de volta para casa", disse Mulford, que tanto no almoço quanto na entrevista à imprensa não poupou elogios à política econômica que vem sendo conduzida pela equipe do ministro da Economia Marcílio Marques Moreira.

Apesar desses esforços de ajustamento interno, ele entende que não há como consolidar as reformas domésticas sem uma solução definitiva para a dívida ex-

Senador adverte sobre os acordos

Todos os acordos sobre a dívida externa assinados pelo governo brasileiro ainda terão de ser aprovados pelo Senado. A advertência foi feita ontem ao subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), apurou o repórter Eduardo Hollanda.

Embora Mulford tenha impressionado favoravelmente aos senadores e deputados que participaram do almoço no Banco do Brasil, oferecido em sua

homenagem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a aprovação dos acordos não pode ser considerada garantida. "Muitas questões não ficaram esclarecidas, especialmente com relação à capacidade de pagamento do País", disse o senador.

Segundo Mulford, o governo norte-americano deverá lutar pelo fim do protecionismo dentro da Rodada Uruguai do GATT, mas os limites para isso estão no Congresso daquele país.

terna. "É fundamental um acordo com os bancos credores. Não quero fazer comparações com o México, mas quando negociava a dívida externa, em 1989, o governo do presidente Carlos Salinas foi criticado porque teria perdido, na pressa da negociação, o equivalente a 4 ou 5% da dívida. Mas ao fechar o acordo, o México teve ganhos enormes, elevando suas reservas cambiais de US\$ 3,5 bilhões em 1989 para US\$ 18 bilhões hoje, queda dos juros internos de 15 a 18 pontos percentuais (ano) e investimentos estrangeiros, que saltaram de US\$ 500 milhões para a casa dos US\$ 5,5 bilhões." O Brasil, também, colherá importantes benefícios colaterais depois de assinar um acordo com os bancos.

"Ele deixou claro que o acordo de renegociação da dívida com os bancos credores está ao alcance das nossas mãos", interpretou o ministro da Educação, José Goldemberg, que participou do almoço oferecido ao subsecretário do Depar-

tamento do Tesouro pelo ministro da Economia brasileiro. João Santana, ministro da Infra-Estrutura, também compreendeu assim o recado do governo norte-americano: "Ainda que se perca alguma coisa no acordo com os bancos, o País ganhará retorno dos capitais estrangeiros", explicou Santana, referindo-se ao pronunciamento de Mulford durante o almoço.

A participação de Mulford foi decisiva na montagem do acordo com o Clube de Paris, onde o governo brasileiro assinou um reescalonamento das dívidas oficiais que implicará pagamentos de US\$ 4,1 bilhões entre este ano e agosto de 93, aos credores oficiais. "Trata-se de um valor apropriado, justo e muito aquém do que muitos membros do Clube de Paris desejavam. O Brasil teve, enfim, um tratamento bastante especial, ao ter reescaladas dívidas já refinanciadas", avaliou o subsecretário, sublinhando que, agora, "o Clube de Paris vai reabrir as agências de financiamentos ao Brasil".

As garantias de que o país terá os benefícios colaterais a um acordo definitivo sobre a dívida externa podem ser dadas, segundo ele, pelos exemplos do que ocorreu nos demais países que fizeram acordo com seus credores: "Basta você olhar para ver que aumentaram os fluxos de investimentos, poupanças inter-

nas que estavam no exterior retornaram ao país, as taxas de juros internas caíram e houve uma importante mudança na atmosfera psicológica dentro do país, com mais crescimento econômico".

O subsecretário do Tesouro dos EUA comentou sobre a permissão do governo brasileiro para a conversão de dívida externa em processos de privatização. "O assunto surgiu durante o almoço, eu disse que consideramos um instrumento positivo na privatização, mas que esta é uma questão delicada, porque cria expansão monetária e inflação."

Antes da reunião de 25 minutos com o presidente Collor de Mello, Mulford teve um encontro de trabalho com o ministro da Economia brasileiro — de quem é amigo pessoal, como fez questão de enfatizar em diversos momentos —, onde conversaram sobre questões de comércio bilateral e sobre a Rodada Uruguai (de acordo no âmbito do GATT — Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Mulford está pouco otimista quanto à possibilidade de um desfecho nas negociações da Rodada Uruguai, no curto prazo, e disse que o governo norte-americano necessitaria de um acordo, principalmente no tocante à questão agrícola, "que possamos colocar perante o Congresso; e não vejo, de imediato, essa qualidade de acordo".